



## DECLARAÇÃO POLITICA PROFERIDA POR OCASIÃO DE APROVAÇÃO DO OGE 2019

- Excelência Senhor Presidente, da Assembleia Nacional;
- Excelências Senhores ministros de Estado;
- Ilustres auxiliares do Titular do Poder executivo;
- Honoráveis Deputados;
- Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Anualmente, a tradição deste exercício democrático se repete, aqui na casa das leis, com a finalidade de analisar e aprovar a proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado que nos é apresentado pelo Executivo.

Para o ano económico de 2019, o Executivo propõe o montante avaliado em cerca de 11.355,1 (Onze Mil Milhões de Kwanzas), representando de facto um aumento de 17% em relação ao do presente ano, que do ponto de vista formal pode classificar-se, como sendo um indicador razoável tendo em conta a situação económica do País.

Entretanto se tivermos de excluir a percentagem da amortização da dívida pública, nos apressamos a considerar os 39,8% do total da despesa social, os 21,9% do sector económico, os 20,6% dos serviços públicos e gerais e os 17,8% da segurança e ordem pública, distribuídos no presente orçamento.

Portanto as expectativas dos Angolanos ficam goradas, quando saberem, que afinal para o sector vital como a saúde, que tantos problemas crónicos tem, só está previsto 6,6% das verbas, o que significa aproximadamente 7% para combater a malária

que faz morada na casa de todos angolanos, a tuberculose, a cólera, o HIV e um sem número de doenças que podem ser prevenidas e evitadas com uma aposta séria neste sector social.

Desta forma os hospitais continuam com os mesmos problemas, de falta de material medico-hospitalar, para combater as doenças e restituir à vida a milhares de angolanos pobres. Há insuficiência de ambulâncias, seringas, luvas, para não falar da total ausência de medicamentos em todas as cidades, municípios e comunas de Angola.

Em muitos locais de Angola não há hospitais, os cidadãos vivem da automedicação e lá onde há, falta quase tudo porque não há dinheiro e em resposta o Executivo quase todos os anos responde à este sector com a verba, insuficiente face ao volume de necessidades e despesas do sector.

**Excelências Sr. Presidente, Digníssimos Deputados;**

Já o afirmamos aqui o ano passado que o país está doente, os angolanos estão a morrer de doenças que podem ser evitadas, se haver vontade de priorizar o direito a vida, por quem detém o poder político e tem poder de distribuir a renda nacional. Por essa razão, propomos o acréscimo de mais 4% afim de responder as necessidades básicas deste sector.

Ainda no sector social, a educação é outra área que preocupa qualquer angolano e acreditamos que o Executivo também. A verba proposta, preocupa-nos, pois, a educação é um dos principais factores de desenvolvimento de um País.

O Executivo ao propor para a educação aproximadamente 6%, significa que, os professores continuarão com os mesmos salários, as crianças de Caimbambo, Utende, Muxinda, Ukuma, Catete, Negaje e outros lugares, continuarão fora do sistema de ensino.

Em muitas localidades, o cenário repete-se, as crianças não têm uma escola de qualidade. O ano lectivo 2019 corre o risco de estar comprometido outra vez, se o Executivo não cabimentar verbas neste orçamento, para resolver as reivindicações dos professores e funcionários administrativos, estará comprometida igualmente a boa intenção do Executivo de combater a corrupção e criar um desenvolvimento a médio prazo.



A banalização do Professor tem provocado vários descontentamentos, que são manifestados por via de greves, apesar de estarem previstas na Constituição são confundidas com reações anti-patrióticas, Ser patriota é dar condições aos Professores para formarem os melhores quadros para o país.

#### **Minhas senhoras e meus senhores;**

Felicitemos a pretensão do Executivo de reanimar o sector productivo, pois o País enfrenta muitas dificuldades, que só é possível resolver, se o Executivo prestar maior atenção no sector, por ser aquele que sustenta a economia de qualquer Nação. Infelizmente não estão orçados dinheiros, para a reabilitação e construção de estradas secundárias e terciárias e será ainda difícil os pequenos e grandes produtores do campo escoarem os productos produzidos localmente, o que torna o País ainda dependente das importações, dificulta a diversificação da economia e por conseguinte continuará dependente do petroleo e das variações do seu preço.

#### **Excelências;**

A proposta do Orçamento Geral do Estado apesar de conhecer algum progresso, a lei que a acompanha continua a ser rígida. Desde 2014 que os Angolanos tiveram que mudar o seu modo de vida, porque em muitos casos o Executivo faz cortes drásticos, tendo em conta o estado atual que o País vive, da falta de tudo mais alguma coisa, o mesmo esperava-se do Executivo, infelizmente o Executivo não se conforma a realidade atual e não faz sentido tomar medidas difíceis contra os cidadãos e não ser o exemplo.

Ao nível da segurança publica o ministerio do interior precisa de mais meios para responder em tempo oportuno, as mais variadas preocupações dos cidadãos, para se por cobro, as vezes sem conta que os cidadãos necessitam de uma intervenção das forças da ordem, mas o agente não dispõe de condições suficientes para agir, esses heróis não devem trabalhar com recursos insuficientes, isso potencia o aumento da criminalidade.

Esperamos que os debates na especialidade possam produzir efeitos positivos e consensuais para um orçamento possível e que satisfaça as aspirações do povo Angolano.

**Muito obrigado.**

Luanda, aos 14 de Novembro de 2018